

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Sob proposta feliz de Vossa Excelência, Senhor Presidente, deliberou a nossa conferência de líderes, nesta reunião Plenária, evocar os cinquenta anos, que se completam no próximo 25 de Março, da assinatura dos Tratados de Roma, que instituíram a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM).

Tais tratados vieram assim completar a CECA, instituída em 1951, e criar, na sequência da tragédia que constituiu a II Guerra Mundial, a Europa como protagonista político mundial.

Iniciou-se assim um percurso único, mesmo sob o ponto de vista jurídico, da criação de uma comunidade, política e económica, de povos com a mesma civilização e passado comum. Que garantisse a paz e a prosperidade – valores fundamentais e que a União Europeia conseguiu cumprir, o que não é, numa perspectiva histórica e factual, coisa pouca.

Num processo original aberto, ao nível de entrada de novos países e ao nível do seu aprofundamento institucional, a União Europeia conta hoje com 27 Estados-membros, mais de 450 milhões de cidadãos e é responsável por um quarto da produção mundial.

Para além da Paz e da Prosperidade económica, a União prossegue e sempre prosseguiu valores como a resolução dos diferendos pela via pacífica e cooperativa, começando, aliás, pelo ainda inacabado processo da sua construção. Mas também de liberdade e democracia, de emprego e de crescimento, e da solidariedade regional. É esta a velha Europa. É esta a nossa e nova Europa!

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Para além dos inegáveis sucessos que o processo de construção europeia tem vindo a garantir aos seus cidadãos, a União Europeia vive actualmente uma crise, pese a inevitabilidade desses sucessos e a impossibilidade real do seu desaparecimento ou retrocesso. Pelo que essa crise só pode ser de crescimento. A necessidade da entrada em vigor do Tratado Constitucional, já ratificado por 18 Estados-membros, é pois um objectivo imperioso, pois a Europa a 27 necessita, a bem da sua governabilidade, de regras jurídicas claras, que permitam decidir de forma célere e unificada, num mundo globalizado e em que novos conflitos emergem. Sobretudo depois do

estrondoso falhanço, a este nível, daquilo a que Mário Soares chama unilateralismo imperial.

Uma Europa forte e unida, apostada na concertação e na paz mundial; mas também na melhor distribuição da riqueza, na supressão do fosso Norte/Sul e num mundo solidário, integrado e autêntico garante da Paz. Também aqui, e muito depressa, o neo-liberalismo fracassou rotundamente, fazendo dispersar essas desigualdades e a pobreza generalizada, numa perspectiva de globalização, que não é seguramente aquela que nos interessa perfilhar.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Para além das reformas institucionais que urge concretizar, para além da pedagogia dos sucessos da construção europeia e da bondade do ideal europeu – a União tem que se aproximar dos cidadãos, fortalecer os mecanismos democráticos da sua participação, incrementar o crescimento económico e o emprego, dando efectivas e eficientes respostas a velhos e novos problemas, como na justiça, segurança e defesa, nas políticas energéticas e do ambiente, na imigração e na sociedade de investigação e do conhecimento.

Nestes mecanismos de participação, que urge reforçar, para que os cidadãos distingam a oposição a uma determinada medida de política dos fundamentos do projecto europeu, é também fundamental a participação de todas as suas parcelas e a consolidação de uma Europa das Regiões.

Porque o ideal europeu continua vivo e foi assimilado pelos seus cidadãos, e há razões, ultrapassados os obstáculos que também são desafios, para encararmos o avanço da União com optimismo.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia  
Senhoras e Senhores Deputados  
Senhora e Senhores Membros do Governo

Logo nos primeiros tempos do Portugal Democrático, o Partido Socialista entendeu que a integração política na então Comunidade Económica Europeia era a grande opção, política e verdadeiramente estratégica para o País. “A Europa connosco”, reivindicada logo em 1975, está assim indelevelmente ligada à construção e consolidação do Portugal democrático: - protagonista, passado e presente, numa Europa, cuja vertente atlântica não pode dispensar Portugal e os Açores. O Portugal Democrático fez-nos assim regressar à Europa e retirou-nos de um arcaico e anacrónico isolamento. E se os Açores são fundamentais nessa participação atlântica, a verdade também é que a Europa tem sido um auxiliar precioso do nosso desenvolvimento autónómico. Por isso mesmo, também ao nível institucional, devem os Açores autónómicos

reforçar essa dupla pertença e essa dupla cidadania, numa Europa de Regiões solidárias. Tudo indica que, de forma consensual, a reforma do nosso Estatuto Político-Administrativo, desenvolva esses direitos de pertença e de participação.

A Europa a que pertencemos depressa entrou no nosso quotidiano. Vemos todos os seus benefícios. Estamos conscientes dos correlativos deveres.

Portugueses e Europeus, aqui e daqui, continuaremos a dar o nosso contributo e a melhorar e desenvolver a nossa Região. Porque lograr unir para além do mar e de todas as distâncias sempre foi nosso destino e nossa vocação.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 08 de Março de 2007  
O Presidente da direcção do GPPS: Dr. Francisco Coelho